

# Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 16

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reajuste salarial cria risco fiscal sem agradar categorias (Editorial)..... 3

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Acaba a criminalização do planejamento tributário? (Artigo)..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em direção à nova CPMF..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Bancos e RGs na mira de big techs - RONALDO LEMOS..... 7

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: pagamento de aposentadorias e pensões referentes a abril começa no dia 25; veja como consultar benefícios..... 8

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

No fim da fila: Pessoas mais vulneráveis levam quase 1 ano para receber benefício do INSS..... 9

PORTAL R7 - NACIONAL - O QUE É QUE EU FAÇO SOPHIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba evitar 12 erros que podem te levar a cair na malha fina do IR 2022..... 12

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Auditores fiscais agropecuários repudiam 5%..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A desastrosa política econômica de Bolsonaro (Artigo)..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Criação de imposto nos moldes da CPMF volta ao debate público..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IR na mira (Editorial)..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Maior preço em cem anos encerra era de comida barata..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Metaverso leva advogados a indicarem novas medidas para evitar processos..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Entre a agenda conservadora e o desafio da economia..... 24

Segunda-Feira, 18 de Abril de 2022

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS

ECONOMIA

Inflação, cereja do bolo da pobreza (Editorial) .....26

O GLOBO - RJ - POLÍTICA

ECONOMIA

Brasil, o paraíso das commodities (Artigo) .....27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

ECONOMIA

Gestores buscam ações que vão ganhar quando Selic parar de subir .....28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

ECONOMIA

O peso da inflação e do desemprego na eleição - SERGIO LAMUCCI .....29

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS

ECONOMIA

Selic de 14% é improvável, mas não impensável, diz J.P. Morgan .....30

# Reajuste salarial cria risco fiscal sem agradar categorias (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187193](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187193)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187193](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187193)

# Acaba a criminalização do planejamento tributário? (Artigo)

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2022/04/18/acaba-a-criminalizacao-do-planejamento-tributario.ghtml>

**Noticias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP

Acaba a criminalização do planejamento tributário?

**Site:**

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2022/04/18/acaba-a-criminalizacao-do-planejamento-tributario.ghtml>

## Em direção à nova CPMF



Victor Correia

A criação de um imposto sobre transações financeiras, nos moldes da antiga CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), voltou ao debate público. O Instituto Unidos Brasil (IUB), grupo formado por 300 empresas incluindo Riachuelo, Carrefour e Grupo Iguatemi, entregou a parlamentares, na semana que passou, três Propostas de Emenda à Constituição (PECs) voltadas à área econômica, sendo uma delas a criação de um "microimposto" sobre as transações para financiar a desoneração da folha de pagamentos.

Desta vez, a discussão ocorre no contexto de uma **reforma tributária** que tramita no Congresso e sofre resistência de setores econômicos, como o de serviços. Não há, contudo, consenso entre especialistas se esse tipo de tributação seria benéfica à economia. Da mesma forma, não há expectativa de que mudanças tributárias ocorram em ano eleitoral.

"(A proposta) Elimina um dos **tributos** mais nocivos do Brasil, que é a tributação sobre salário em um país com 40 milhões de desempregados, subempregados e na economia informal", diz o ex-secretário especial da **Receita Federal** e professor da FGV, Marcos Cintra. "(A nova CPMF) Daria mais solidez ao financiamento da Previdência, e a desoneração da folha reequilibraria os efeitos de deslocamento da carga tributária. Nisso, todo mundo concorda, o grande problema é como desonerar", completa.

A expectativa é de que a alíquota do microimposto gire

em torno de 0,5%, mas ela seria definida por lei complementar, após a aprovação da proposta. Apesar de pequena, por incidir sobre grande parte das transações financeiras, seu potencial de arrecadação é grande o suficiente para cobrir o rombo causado pela desoneração da folha.

Segundo Cintra, o microimposto possui diferenças fundamentais em relação à CPMF. A primeira é que ele não vai ser instituído para aumentar a carga tributária, mas para substituir uma fonte de arrecadação existente.

"A CPMF também incidia sobre uma base fundamentalmente de cheques e movimentação de contas bancárias. No mundo digital, com Pix (sistema de pagamento instantâneo), com moedas digitais, essa base é muito mais ampla, e o potencial de arrecadação (do microimposto) é mais elevado", afirma.

Sonegação

Outra vantagem do tributo é poder chegar a setores da economia que não geram receita à União atualmente. O economista estima que 30% do **PIB** (Produto Interno Bruto) brasileiro está nessa situação, formado pela economia informal, sonegação, crime organizado e elisão fiscal.

"O crime, por exemplo, com contrabando de armas, drogas, roubos de carga e o trabalho das milícias que controlam comunidades inteiras, não é alcançado por imposto nenhum. A única forma de alcançar esse segmento é com um imposto sobre pagamentos", aponta o especialista.

A CPMF esteve em vigor entre 1997 e 2007. Após o fim da tributação, o governo Dilma Rousseff (PT) sugeriu a volta de um imposto nesses moldes em 2011 e, novamente, em 2015, após grave crise econômica.

Em 2020, o governo Jair Bolsonaro (PL) também admitiu estudar a criação de um imposto sobre transações financeiras. Sempre que o assunto vem à tona, porém, há grande resistência por parte do setor econômico.

De acordo com o especialista em contas públicas Murilo Viana, "agora, tem um contexto político para eles estarem resgatando essa questão". Ele lembra estar "havendo muita discussão sobre **reforma tributária**, as PECs 45 e 110". O setor de **serviços**

acusa que, com os projetos, haveria grande majoração de carga sobre o setor, e diminuição no setor industrial. "Eles avaliam que seria melhor arcar com esse novo imposto e ter a desoneração do que manter a folha com custo elevado e ainda cair no guarda-chuva da PEC 110."

Alívio

Por ser muito intensivo em mão de obra, o setor de serviços é fortemente impactado pelos **tributos** sobre a folha de pagamento. Dessa forma, a desoneração seria um alívio, e há maior aceitação a um imposto sobre as transações. Por outro lado, por ser cumulativo, esse tipo de tributação teria grande impacto sobre as indústrias, principalmente as que possuem cadeias produtivas longas.

Para Murilo Viana, porém, esse tipo de imposto traz grandes desvantagens para a economia. "É uma alíquota pequena entre aspas, mas vai incidir tantas vezes que vai gerar um volume muito grande de arrecadação. Isso desestimula o mercado de crédito, de capitais, que o Brasil já tem dificuldade de desenvolver. Ele é muito cumulativo, e tiraria também a competitividade do produto brasileiro lá fora, já que estaria embarcado no produto a ser vendido", afirma.

Já o professor e especialista em Direito Tributário André Félix acredita que os benefícios da desoneração da folha fazem valer a pena a criação do microimposto. "Existe muita sonegação e muita gente não é registrada formalmente por conta da tributação. Desonerando a folha, com certeza, vai impulsionar a economia e mais pessoas vão ser devidamente registradas. Além disso, o custo de uma nova CPMF não seria tão pesado assim." Para o especialista, contudo, nem essa nem as outras PECs que sugerem reformas tributárias vão para frente neste ano. "Está tendo discussão porque isso dá visibilidade, mas essas mudanças não vão ser aprovadas neste ano. **Reforma tributária** se discute e se aprova no primeiro ano do governo, quando você acabou de ser eleito e conta com o apoio da população. Passou do primeiro ano, já fica difícil", avalia.

# Bancos e RGs na mira de big techs - RONALDO LEMOS

**RONALDO LEMOS**

Uma notícia importante passou despercebida nas últimas semanas. A Apple entrou no mercado de "Open Banking". O leitor pode perguntar: "E daí?". Daí que discretamente a gigante americana começa a entrar no espaço de dois outros gigantes: governos e bancos.

No caso dos bancos a Apple adquiriu a empresa de análise de crédito chamada Credit Kudos. Ela consegue analisar de forma detalhada e em tempo real o perfil de crédito de uma pessoa. Para isso utiliza como parâmetro os dados da própria conta bancária dos usuários, compartilhados por meio de esquema de "open banking".

Essa estratégia amplia a avenida para empréstimos imediatos, embarcados em qualquer aplicativo ou serviço de internet. Por exemplo, se um entregador de aplicativo precisa de recursos para consertar sua moto, pode obter os recursos na hora sem qualquer burocracia, direto no próprio aplicativo de entregas. É como se os serviços bancários se pulverizassem. E a Apple quer não só acelerar, mas fazer parte dessa pulverização.

Nessa linha, a modalidade de pagamentos que mais cresce no mundo é o chamado BNPL ("Buy Now, Pay Later"). O consumidor vai até a loja e compra qualquer produto, podendo pagar depois em parcelas. Para nós brasileiros não tem novidade. Isso já existe no país há anos.

No mercado dos EUA é novidade total. O temor é que esses novos créditos para o consumo levem a uma outra crise de 2008. Causada dessa vez não pelo mercado imobiliário, mas por consumidores perdendo a linha ao comprar "fiado" e não conseguindo pagar depois. Essa análise em tempo real de crédito pode ajudar a prevenir um novo desastre.

Já no campo governamental a Apple entrou com seu aplicativo Wallet. A ideia é centralizar identidades e documentos em formato digital em um único lugar, com validade jurídica.

Isso coloca uma pressão em governos de todo o planeta para acelerarem a criação de identidades digitais. Ao mesmo tempo, coloca a Apple na posição

de guardiã final de todas essas identidades. Por exemplo, o estado do Arizona nos EUA já emite sua identidade digital compatível com a Wallet da Apple. Não é difícil conceber o surgimento de um passaporte 100% digital aceito globalmente, custodiado pela empresa.

E o Brasil nessa? Nosso país tem atravessado uma revolução no campo das identidades digitais provocada pelo Gov.br. Junto com o Pix, trata-se de uma tecnologia estruturante. No caso, permitindo o acesso autenticado a uma vasta gama de serviços governamentais.

De cara já teve um efeito positivo. Diminuiu o espaço do elitizado certificado digital, a "identidade" digital que precisava ser comprada anualmente (R\$ 150) para acessar serviços básicos como imposto de renda ou **previdência social**. Ao mesmo tempo, sempre pode ser melhorado. Seria ótimo se o Gov.br adotasse no futuro uma arquitetura descentralizada, transferindo atribuições e controle para os cidadãos na ponta, em vez de concentrar tudo de forma centralizada. Mas é prematuro reclamar. O sistema é uma conquista que por enquanto merece ser comemorada.

Já a Apple está aguardando para que essas tecnologias se desenvolvam para poder agregá-las. No mundo em que vivemos o agregador é mais importante que o provedor. Bancos e governos que se cuidem.

\*\*\*Obrigado ao Carlos Gueiros pelos sempre ótimos nudges.

Reader

Já era Identidade em papel

Já é Identidade autenticada pelo Gov.br

Já vem Cada vez mais provedores privados querendo emitir ou agregar identidades digitais

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

84

# INSS: pagamento de aposentadorias e pensões referentes a abril começa no dia 25; veja como consultar benefícios

## Por g1

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vai dar início, no próximo dia 25, aos pagamentos dos benefícios para aposentados e pensionistas referentes ao mês de abril. Nas mesmas datas, o **INSS** vai pagar também a primeira parcela do 13º aos beneficiários.

Entre os dias 25 de abril e 6 de maio, serão liberados benefícios aos grupos de aposentados e pensionistas. Confira abaixo o calendário de pagamento de benefícios.

O calendário leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

Valores das contribuições ao **INSS** mudam a partir de fevereiro; entenda Benefícios do **INSS** acima do mínimo têm reajuste de 10,16%; teto sobe para R\$ 7.087,22. Veja calendário de benefícios Prova de vida do **INSS** tem novas regras; veja tira dúvidas

Atualmente, são mais de 36 milhões de pessoas com direitos a benefícios do **INSS** no país - mais de 60% recebem um salário mínimo.

Para quem ganha o benefício no valor do salário mínimo, o piso nacional passou para R\$ 1.212 desde 1º de janeiro. Por lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo **INSS** não podem ser inferiores a 1 salário mínimo.

Já os aposentados e pensionistas que recebem benefícios acima do salário mínimo tiveram reajuste de 10,16% na remuneração - o teto dos benefícios do **INSS** passou de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22.

## Como consultar benefícios

Uma maneira simples de fazer a consulta dos benefícios do **INSS** é através da central de atendimento por telefone, no número 135. Ao ligar, informe o número do CPF e confirme algumas informações cadastrais, de forma a evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h; O segurado pode acessar o site Meu

**INSS**, que reúne diversos serviços digitais do **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de Extrato de Pagamento e você terá acesso ao seu extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício; A consulta do benefício também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer o login, e então, todos os serviços disponíveis e histórico das informações do beneficiário serão listados.

## Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/18/inss-pagamento-de-aposentadorias-e-pensoes-referentes-a-abril-comeca-no-dia-25-veja-como-consultar-beneficios.ghtml>



# No fim da fila: Pessoas mais vulneráveis levam quase 1 ano para receber benefício do INSS

**Geralda Docca**

BRASÍLIA e RIO - Enquanto o Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)** tenta acelerar a concessão de benefícios previdenciários para cumprir um acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), estão ficando ainda mais para trás pedidos de alguns dos cidadãos mais vulneráveis.

Pessoas com deficiência de famílias de baixa renda, que têm direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), de um salário mínimo, esperam quase um ano para ter o pedido analisado.

Também esperam muito trabalhadores que buscam auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez. Em comum, eles têm a necessidade de passar por perícia médica, principal gargalo do **INSS** atualmente.

Crise: Jovens encaram a primeira **inflação** e têm independência limitada pelo alto custo de vida

Segundo dados oficiais obtidos pelo GLOBO, o **INSS** demora, em média, 11 meses e três dias para analisar pedidos de BPC para pessoas com deficiência, um dos perfis mais carentes da população.

Quem entra com pedido de aposentadoria por invalidez precisa esperar quase sete meses pela concessão do benefício, em média. Estes prazos ferem o acordo firmado entre o **INSS** e o STF, que estabelece entre 30 a 90 dias para a definição de pedidos de benefícios.

Os pedidos represados de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e benefícios relacionados a acidentes de trabalho pularam de 254.023 em julho de 2019 para 964.560 em março deste ano, alta de 280% no período.

- Segmentos mais vulneráveis continuam sendo os mais prejudicados por causa da necessidade de avaliações médica e social presenciais - diz a defensora pública federal, Fernanda Hahn, que integra o comitê de acompanhamento do acordo entre **INSS** e STF.

Fernanda diz que o **INSS** tem se esforçado para reduzir a espera na fila, mas esta deixando para trás os que dependem de peritos e assistentes sociais. A situação tende a piorar, admitem fontes no governo, com a paralisação de médicos e servidores administrativos do **INSS**.

A estimativa é que metade dos peritos cruzou os braços e 20% dos servidores do **INSS** aderiram ao movimento por reajuste salarial do funcionalismo federal.

Longa espera

Desempregada há mais de dois anos, Juliana Nascimento, de 37 anos, foi logo ao **INSS** protocolar um pedido quando soube que a filha Giovanna, de 7 anos, tinha direito ao BPC, em outubro de 2020. Ela foi diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista.

O processo envolvendo documentação e avaliações médica e social levou mais de um ano. O **INSS** só deu uma resposta em dezembro de 2021. E negou o pedido. Alega que a criança não se encaixa nos critérios de acesso ao BPC. Para Juliana começou uma nova batalha contra o tempo, mas na Justiça.

- Apresentei os laudos que comprovam o autismo, receitas, exames, levei minha filha para passar por avaliações social e médica, mas mesmo assim foi indeferido - lamenta.

Considerando todo o rol de benefícios sob a responsabilidade do **INSS**, há quase 2,9 milhões de pessoas aguardando resposta do órgão.

Na tentativa de resolver o problema quase crônico da fila do **INSS**, Ministério Público Federal, Defensoria Pública e **INSS** firmaram um acordo, homologado pelo Supremo Tribunal Federal, em meados de 2021, que fixou prazos máximos para o reconhecimento do direito dos segurados.

Eles variam entre 30 e 90 dias, dependendo do tipo de benefício. No caso de descumprimento, o **INSS** fica obrigado a pagar benefícios retroativos com juros e correção monetária aos segurados.

## Prioridade para acordo

Contudo, o acordo ainda não contempla os casos que dependem de perícia médica e avaliação social. Pelos termos do acordo, esse tipo de atendimento somente voltaria a ter prazo limitado com a retirada das restrições para o controle da Covid-19 e o restabelecimento da atividade pericial.

Por causa desse acordo, a fila do **INSS** para benefícios simples, como BPC para idosos e salário-maternidade, que não dependem de perícia, caiu de 1,76 milhão em janeiro para 1,69 milhão em março.

Com isso, o prazo médio para a concessão de todos os tipos de benefícios é de 94 dias, influenciado por pedidos simples de aposentadoria. Mas essa média encobre a demora nos casos de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e BPC para pessoas com deficiência.

Segundo técnicos do governo ouvidos pelo GLOBO, o **INSS** prioriza benefícios incluídos no acordo para reduzir seus prazos médios, deixando de lado os outros requerimentos. Assim, enquanto filas encolhem outras aumentam.

Fernanda Hahn observou que o número de perícias diárias caiu nos últimos meses. Peritos exigem a higienização das salas a cada atendimento por causa da pandemia.

- A gente já tem um passivo de perícia, e isso vai agravar com a greve dos peritos - preocupa-se a defensora pública, que diz estar em curso no comitê alterações nos termos do acordo com o STF antes mesmo de o governo decretar o fim da emergência sanitária.

Também integrante do comitê, a procuradora da República Zélia Luiza Pierdoná defende que o **INSS** ao menos adote alternativas, como a realização de consultas via teleatendimento para benefícios por incapacidade. Com o arrefecimento da pandemia, ela defende um ajuste no acordo:

- A gente não quer desfazer o acordo, mas queremos que se inicie a contagem do prazo em relação às perícias - diz a procuradora, acrescentando que o assunto será discutido no comitê em 27 de abril.

## Onze meses em nova espera

Diagnosticado com com linfoma não Hodgkin, um tipo de câncer do sistema linfático que enfraquece todo o sistema imunológico, o pedreiro João Ramos de Vasconcelos, de 58 anos, morador do Morro do

Dendê, na Ilha do Governador, na Zona Norte do Rio, não consegue acessar o auxílio-doença.

Descobriu a doença em fevereiro de 2019, mas só conseguiu iniciar o tratamento em julho daquele ano no sistema público. Por conta disso, ficou sem renda e, consequentemente, sem ter como pagar o **INSS**, o que fez com que perdesse a qualidade de segurado. E por isso teve o pedido indeferido.

Vivendo com a ajuda de familiares e amigos, já que não tem condições de trabalhar, João deu entrada no BPC para pessoa com deficiência em maio de 2021 e, passados 11 meses, sequer foi chamado para perícia médica e avaliação social, essenciais para a concessão do benefício.

- Dependo das pessoas para tudo, da alimentação aos remédios que preciso tomar para enfrentar essa doença - lamenta João, que teme o agravamento do seu estado de saúde.

Procurado, o **INSS** informou que o sistema não concedeu o BPC porque João havia tentado o auxílio-doença. Quando o requerimento for novamente processado automaticamente, caso não haja mais nenhuma pendência, o requerente poderá proceder com o agendamento da Avaliação Social e da Perícia Médica, informou o **INSS** em nota.

## Falta pessoal

Outro grupo que enfrenta dificuldades no **INSS** são os pescadores de baixa renda, que têm direito ao chamado seguro-defeso, uma remuneração básica durante o período de pesca proibida por razões ambientais. A fila desse benefício subiu de 295.023 mil em julho de 2019 para 332.606 em março deste ano.

**Servidores públicos** que precisam do certificado de tempo de contribuição para contar tempo no setor privado para se aposentar podem esperar até três anos.

Dados do **INSS** também indicam que o combate a fraudes está prejudicado: o volume de processos com suspeita de irregularidades subiu de 590 mil para 607 mil entre dezembro de 2021 e março de 2022, mas a média mensal de investigações concluídas caiu de 37 mil para 13 mil, no período.

A principal dificuldade operacional do **INSS**, segundo o governo, é a falta de pessoal. O novo ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, prometeu adotar medidas para reduzir as filas, como o pagamento de bônus, uma espécie de hora extra para servidores analisarem processos represados além do fluxo normal de trabalho, mas a medida ainda não foi

implementada.

Outra saída, seria realocar para a análise de requerimentos servidores que atuam no atendimento. Para isso, é preciso autorizar a contratação de temporários e terceirizados para substituí-los e não prejudicar quem procura as unidades do **INSS**, o que ainda é só um plano no governo.

O **INSS** afirma que investe na automatização de processos, mas o ritmo da Dataprev, estatal de processamento de dados, é lento, segundo técnicos envolvidos. Ainda assim, os casos mais complexos exigem análise de servidores.

A realização de concursos públicos ajudaria a resolver o problema de forma definitiva, mas o processo seletivo e treinamento demoraria mais de um ano, explicou um integrante do governo.

A contratação de terceirizados seria a solução mais rápida e de menor custo, mas verba de custeio do **INSS** em 2022 é a menor em muitos anos, tendo em vista o veto do presidente Jair Bolsonaro a quase R\$ 1 bilhão em emendas ao Orçamento endereçadas ao órgão. Os recursos disponíveis não são suficientes sequer para das despesas básicas das unidades do **INSS**. (Colaborou Martha Imenes)

**Site: <https://oglobo.globo.com/economia/no-fim-da-fila-pessoas-mais-vulneraveis-levam-quase-1-ano-para-receber-beneficio-do-inss-1-25478202>**

# Saiba evitar 12 erros que podem te levar a cair na malha fina do IR 2022

O que é que eu faço Sophia

/  
Sophia Camargo, do R7

Fazer a declaração de Imposto de Renda 2022 requer alguns cuidados para não cair na malha fina e evitar problemas com a **Receita Federal**.

Assim que as declarações são entregues, começa o processo de cruzamento dos dados que a Receita recebe das mais diversas fontes, seja de empresas, de bancos, do **INSS**, dos planos de saúde, médicos, laboratórios, imobiliárias, cartórios ou administradoras de cartão de crédito, por exemplo, com aqueles que foram informados pelo contribuinte.

Quando o que é declarado pelo contribuinte não é igual ao que foi declarado pela outra fonte, a declaração cai na malha fina.

"A malha fina é o processo de verificação de inconsistências da declaração do imposto. Se houver uma informação errada, a declaração é separada para uma análise mais apurada. Caso haja um erro, o contribuinte pode ser chamado para fazer o ajuste ou até mesmo pode haver uma investigação com cobrança de multas e **impostos** atrasados", explica Richard Domingos, diretor-executivo da Confirp Contabilidade.

Em 2021, 869.302 contribuintes mil contribuintes tiveram a declaração presa na malha. Os principais motivos, segundo a **Receita Federal**, foram a omissão de rendimentos, divergência de informações e deduções indevidas.

1. Lançar valores na ficha de rendimentos tributáveis diferentes daqueles relacionados nos informes de rendimento recebidos das empresas, bancos, etc

2. Não incluir os rendimentos de dependentes

3. Lançar despesas médicas diferentes dos recibos (é preciso ter comprovantes de todos os gastos que teve com as despesas médicas, caso a Receita peça comprovação) ou lançar despesas médicas que não podem ser deduzidas, como gastos com remédios

4. Deduzir integralmente despesas médicas que já foram reembolsadas

5. Não informar todos os rendimentos recebidos (às vezes a pessoa lembra de informar apenas o que recebe como assalariado, mas não informa uma outra fonte de renda, como uma palestra, por exemplo)

6. Lançar os mesmos dependentes em várias declarações. Por exemplo: pai e mãe declararem o mesmo filho; vários filhos declararem a mãe ou o pai como dependente. O dependente pode constar em apenas uma declaração

7. Não informar os rendimentos de aluguéis recebidos

8. Deduzir as contribuições para uma previdência do tipo VGBL na ficha Pagamentos Efetuados. A Receita permite deduzir contribuições feitas a um plano de previdência do tipo PGBL (a dedução é até o limite de 12% dos rendimentos tributáveis). A previdência do tipo VGBL deve ser informada na ficha Bens e Direitos como uma aplicação financeira

9. Não preencher a ficha de ganhos de capital no caso de venda de bens e direitos cujo lucro não tenha sido isento

10. Não preencher a ficha de ganhos de renda variável se o contribuinte operou em Bolsa de valores

11. Deduzir pagamentos feitos como pensão alimentícia sem o amparo de uma decisão judicial, acordo judicial ou acordo lavrado por meio de escritura pública

12. Atualizar valor de bens como casas ou carros. Os bens devem ser declarados pelo seu custo de aquisição. Para alterar esses valores é preciso comprovar benfeitorias como reformas no imóvel ou blindagem do veículo

A Receita orienta os contribuintes a regularizarem as pendências mostradas no Extrato do Processamento da DIRPF, no campo Meu Imposto de Renda, no site do órgão.

É possível corrigir as informações sem qualquer multa ou penalidade, por meio de declaração retificadora.

"Essa correção não será possível depois que o contribuinte for intimado ou notificado", explica a Receita.

---

Se ainda tiver mais dúvidas sobre Imposto de Renda, economia, dinheiro, direitos e tudo mais que mexe com o seu bolso, envie suas perguntas para " O que é que eu faço, Sophia? " pelo e-mail [sophiacamargo@r7.com](mailto:sophiacamargo@r7.com)

**Site: <http://noticias.r7.com/prisma/o-que-e-que-eu-faco-sophia/saiba-evitar-12-erros-que-podem-te-levar-a-cair-na-malha-fina-do-ir-2022-18042022>**

# Audidores fiscais agropecuários repudiam 5%

Proposta de reajuste aos **servidores públicos** federais 'não repõe sequer a defasagem salarial', afirma o Anffa Sindical

São Paulo - Os auditores fiscais federais agropecuários repudiaram a proposta do governo federal de conceder reajuste de 5% aos **servidores públicos** federais. Em nota, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical) disse que o percentual divulgado "não repõe sequer a defasagem salarial, consequência de mais de cinco anos sem reposição das perdas inflacionárias".

O Anffa Sindical representa mais de 4,5 mil auditores fiscais federais agropecuários. Na nota, a entidade reforça que "continuará lutando pela valorização da carreira e para que sua reestruturação seja efetivada". No dia 13 de abril, pressionado pelo recrudescimento de greves e paralisações que ameaçam a atividade de diversos órgãos do governo, o presidente Jair Bolsonaro aprovou um reajuste de 5% para todos os **servidores públicos** federais a partir de julho. O custo para oferecer esse aumento para todo o funcionalismo será de R\$ 6,3 bilhões em 2022, ano em que o presidente tenta a reeleição. Apesar da decisão, representantes de sindicatos e associações afirmam que o percentual não repõe as perdas inflacionárias nos últimos anos.

Este é o caso também dos delegados da Polícia Federal, que convocaram uma assembleia extraordinária contra o reajuste de 5%. A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) convocou uma assembleia extraordinária para esta terça-feira onde serão debatidas medidas contra a proposta do governo de reajustar em 5% os salários de todos os servidores federais, no lugar de priorizar a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) com um aumento mais amplo.

O ministro da Justiça, Anderson Torres, deve se reunir um dia antes com associações de classe em Brasília para tentar costurar um acordo. Desde que o governo anunciou um pacote único para o funcionalismo, as principais entidades de policiais, delegados e peritos criminais federais passaram a criticar o presidente Bolsonaro e prometeram reagir.

Os sindicatos esperavam recomposição mais ampla e tratamento diferenciado para as categorias, como já

havia indicado o Planalto. Bolsonaro sinalizou que poderia abandonar a promessa de um reajuste mais robusto para a PF e PRF se outras categorias que também reivindicam aumento não abrissem mão do pleito. Até então, o presidente vinha repetindo que os R\$ 2 bilhões reservados no Orçamento para o aumento dos servidores iriam para a reestruturação das carreiras de policiais federais, policiais rodoviários federais e agentes penitenciários.

"Tudo indica que, mais uma vez, o presidente da República não parece ter a intenção de cumprir o compromisso de enviar ao Congresso Nacional uma Medida Provisória neste sentido", afirmou o delegado Luciano Leiro, presidente da ADPF. Foi ele quem convocou os associados a encaminharem sugestões para serem deliberadas amanhã. Leiro prometeu aos colegas continuar em contato com sindicatos e autoridades para marcar o descontentamento com o anúncio de Bolsonaro.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10312>

# A desastrosa política econômica de Bolsonaro (Artigo)

**Claudio Adilson Gonzalez Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda**

O potencial de crescimento brasileiro declinou para patamar muito baixo, provavelmente algo entre 1% e 2% ao ano, com o País ainda pobre e desigual. Com **PIB** por habitante (conceito paridade do poder de compra) em torno de US\$ 14 mil, o Brasil deve estar atualmente próximo à 100.<sup>a</sup> posição no ranking organizado com base em dados do Banco Mundial. Uma vez atingido o pleno-emprego, a economia brasileira tem baixíssima capacidade de expansão da oferta de bens e serviços. Nessas condições, quando o Banco Central necessita elevar os juros para conter os efeitos inflacionários secundários de choques de oferta, como os que estão ocorrendo desde o segundo semestre de 2020, há um elevado risco de derrubar a taxa de crescimento para nível negativo, podendo jogar o País na recessão.

Além disso, a taxa estrutural neutra de desemprego, estimada pelos economistas em aproximadamente 9%, é muito elevada.

Mesmo com a economia operando próxima ao ponto de equilíbrio não inflacionário, mais de 9 milhões de pessoas em idade ativa continuarão desempregadas.

Se somarmos os desalentados e os subocupados, esse número quase dobra.

Esse elevado nível de desocupação tem múltiplas causas, mas a principal é a precária qualificação da mão de obra. Muitos que desejam trabalhar não têm as habilidades mínimas para conseguir um emprego. Claro, isso tem que ver com a fraca qualidade da educação, com a pobreza e com a enorme desigualdade de renda, que limitam as oportunidades para a formação profissional de uma enorme parcela da população.

Combater os pontos aqui levantados está longe do foco da política econômica capitaneada por Bolsonaro, Ciro Nogueira, Arthur Lira e, às vezes, por Paulo Guedes. Ao contrário, o que fizeram foi agravar as mazelas que sustentam o perverso círculo vicioso de baixa produtividade, elevado desemprego, pobreza e virtual estagnação da renda per capita.

Na educação, que tem muito que ver com economia, Bolsonaro já teve quatro ministros, incluindo Paulo Vogel, que ocupou o comando da pasta interinamente.

Se houve abundância de ministros, inexistiu qualquer política para melhorar a qualidade de ensino.

Paulo Guedes e Arthur Lira mataram a excelente proposta de **reforma tributária** consubstanciada na PEC 110 do Senado, que, segundo estudos bem fundamentados, teria enorme impacto positivo no crescimento potencial. Da mesma forma, a reforma administrativa sucumbiu, as privatizações não andaram, anarquizaram-se as regras fiscais e faltou competência para ampliar a abertura da economia. Os investimentos da União, que já haviam caído muito, mesmo antes do atual governo, estão praticamente desaparecendo.

Talvez pior do que tudo isso é o Brasil ter se tornado um verdadeiro pária internacional, graças ao notório desprezo de Bolsonaro à democracia, aos direitos das minorias e ao meio ambiente.

Só o que se fez na economia foi agravar as mazelas que sustentam um perverso círculo vicioso

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Criação de imposto nos moldes da CPMF volta ao debate público

**Victor Correia**

A criação de um imposto sobre transações financeiras, nos moldes da antiga CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), voltou ao debate público. O Instituto Unidos Brasil (IUB), grupo formado por 300 empresas incluindo Riachuelo, Carrefour e Grupo Iguatemi, entregou a parlamentares, na semana que passou, três Propostas de Emenda à Constituição (PECs) voltadas à área econômica, sendo uma delas a criação de um microimposto sobre as transações para financiar a desoneração da folha de pagamentos.

Desta vez, a discussão ocorre no contexto de uma **reforma tributária** que tramita no Congresso e sofre resistência de setores econômicos, como o de serviços. Não há, contudo, consenso entre especialistas se esse tipo de tributação seria benéfica à economia. Da mesma forma, não há expectativa de que mudanças tributárias ocorram em ano eleitoral.

(A proposta) Elimina um dos **tributos** mais nocivos do Brasil, que é a tributação sobre salário em um país com 40 milhões de desempregados, subempregados e na economia informal, diz o ex-secretário especial da **Receita Federal** e professor da FGV, Marcos Cintra. (A nova CPMF) Daria mais solidez ao financiamento da Previdência, e a desoneração da folha reequilibraria os efeitos de deslocamento da carga tributária. Nisso, todo mundo concorda, o grande problema é como desonerar, completa.

A expectativa é de que a alíquota do microimposto gire em torno de 0,5%, mas ela seria definida por lei complementar, após a aprovação da proposta. Apesar de pequena, por incidir sobre grande parte das transações financeiras, seu potencial de arrecadação é grande o suficiente para cobrir o rombo causado pela desoneração da folha.

Segundo Cintra, o microimposto possui diferenças fundamentais em relação à CPMF. A primeira é que ele não vai ser instituído para aumentar a carga tributária, mas para substituir uma fonte de arrecadação existente.

A CPMF também incidia sobre uma base fundamentalmente de cheques e movimentação de contas bancárias. No mundo digital, com Pix (sistema de pagamento instantâneo), com moedas digitais,

essa base é muito mais ampla, e o potencial de arrecadação (do microimposto) é mais elevado, afirma.

**Sonegação**

Outra vantagem do tributo é poder chegar a setores da economia que não geram receita à União atualmente. O economista estima que 30% do **PIB** (Produto Interno Bruto) brasileiro está nessa situação, formado pela economia informal, sonegação, crime organizado e elisão fiscal.

O crime, por exemplo, com contrabando de armas, drogas, roubos de carga e o trabalho das milícias que controlam comunidades inteiras, não é alcançado por imposto nenhum. A única forma de alcançar esse segmento é com um imposto sobre pagamentos, aponta o especialista.

A CPMF esteve em vigor entre 1997 e 2007. Após o fim da tributação, o governo Dilma Rousseff (PT) sugeriu a volta de um imposto nesses moldes em 2011 e, novamente, em 2015, após grave crise econômica.

Em 2020, o governo Jair Bolsonaro (PL) também admitiu estudar a criação de um imposto sobre transações financeiras. Sempre que o assunto vem à tona, porém, há grande resistência por parte do setor econômico.

De acordo com o especialista em contas públicas Murilo Viana, agora, tem um contexto político para eles estarem resgatando essa questão. Ele lembra estar havendo muita discussão sobre **reforma tributária**, as PECs 45 e 110. O setor de serviços acusa que, com os projetos, haveria grande majoração de carga sobre o setor, e diminuição no setor industrial. Eles avaliam que seria melhor arcar com esse novo imposto e ter a desoneração do que manter a folha com custo elevado e ainda cair no guarda-chuva da PEC 110.

**Alívio**

Por ser muito intensivo em mão de obra, o setor de serviços é fortemente impactado pelos **tributos** sobre a folha de pagamento. Dessa forma, a desoneração seria um alívio, e há maior aceitação a um imposto sobre as transações. Por outro lado, por ser cumulativo, esse tipo de tributação teria grande



impacto sobre as indústrias, principalmente as que possuem cadeias produtivas longas.

Para Murilo Viana, porém, esse tipo de imposto traz grandes desvantagens para a economia. É uma alíquota pequena entre aspás, mas vai incidir tantas vezes que vai gerar um volume muito grande de arrecadação. Isso desestimula o mercado de crédito, de capitais, que o Brasil já tem dificuldade de desenvolver. Ele é muito cumulativo, e tiraria também a competitividade do produto brasileiro lá fora, já que estaria embarcado no produto a ser vendido , afirma.

Já o professor e especialista em Direito Tributário André Félix acredita que os benefícios da desoneração da folha fazem valer a pena a criação do microimposto. Existe muita sonegação e muita gente não é registrada formalmente por conta da tributação. Desonerando a folha, com certeza, vai impulsionar a economia e mais pessoas vão ser devidamente registradas. Além disso, o custo de uma nova CPMF não seria tão pesado assim.

Para o especialista, contudo, nem essa nem as outras PECs que sugerem reformas tributárias vão para frente neste ano. Está tendo discussão porque isso dá visibilidade, mas essas mudanças não vão ser aprovadas neste ano. **Reforma tributária** se discute e se aprova no primeiro ano do governo, quando você acabou de ser eleito e conta com o apoio da população. Passou do primeiro ano, já fica difícil , avalia.

**Site:**

<http://www.correiobraziliense.com.br/negocios/2022/04/5001197-em-direcao-a-nova-cpmf.html>

## IR na mira (Editorial)

A despeito de algumas restrições legais, é amplo o espaço para benesses com dinheiro público em anos eleitorais. Desta vez há uma novidade que torna o cenário mais perigoso-tenta-se vender a ideia de que há um excesso de arrecadação que abre espaço para cortes de tributos e mais gastos do governo.

Depois de baixar a zero impostos federais sobre parte dos combustíveis e cortar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a nova investida eleitoreira é corrigir a tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas. Trata-se de promessa antiga de Jair Bolsonaro (PL), que agora poderia ajudá-lo a recuperar popularidade.

A arrecadação tributária, de fato, tem se expandido velozmente, a ponto de o Executivo federal ter elevado há pouco a expectativa de receita para este ano em R\$ 87,5 bilhões, para R\$2,118 trilhões.

Entretanto esse fenômeno decorre principalmente da inflação -que também tem consequências negativas, como os juros mais altos e, por extensão, maiores despesas com a dívida pública. O governo, no entanto, ignora o quadro completo e se fixa apenas na miragem da abundância.

Ressalte-se que, apesar do salto da receita, o Tesouro Nacional permanece francamente deficitário. Espera-se para este 2022 um rombo de R\$ 66,9 bilhões, e isso sem considerar os encargos com j tiros.

É verdade que, legalmente, está autorizado um déficit ainda maior, de R\$ 170,5 bilhões. Imaginar que uma estimativa menos desastrosa autoriza a abertura dos cofres, entretanto, é um desatino -ou oportunismo irresponsável.

Como há um teto constitucional para as despesas, procuram-se bondades com as receitas. Daí a ligeireza com que se fala em cortes de impostos, rolagens de dívidas e benefícios para grupos de interesse.

Inexiste um plano coerente que leve à redução da complexidade do sistema e à maior justiça tributária, dois requisitos que deveriam balizar qualquer reforma.

A correção da tabela do IR, com ampliação do limite de isenção (hoje em R\$ 1.903,98 mensais), é o exemplo de como contaminar com populismo e desgoverno uma proposta a princípio defensável.

É correto promover alguma correção, dada a inflação acumulada. No entanto o melhor seria uma revisão geral das faixas de cobrança e das regras de deduções. Perdeu-se essa oportunidade no ano passado, com uma tentativa fracassada de reformulação do imposto.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49884&anchor=6454329&pd=de8d03fe6a8209a8a01ae4eab40f6801>

# Maior preço em cem anos encerra era de comida barata



Funcionários empacotam pães em padaria em Cartum, no Sudão; guerra na Ucrânia encareceu o trigo. Ahmad Shazly - 17.mai.22/AFP

**Fernando Canzian são paulo**

O principal índice global de preços de alimentos das Nações Unidas atingiu em março o maior nível em 61 anos, e série do FMI (Fundo Monetário Internacional) a partir de 1900 aponta recorde em cem anos.

O patamar atual supera as marcas do período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e da primeira crise mundial do petróleo (1973-1974), segundo a ONU. Os dados do FMI sugerem que fica atrás somente do nível registrado após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Pressionada pelo conflito na Ucrânia, a **inflação** de alimentos vinha subindo desde 2000 -e ganhou ímpeto antes do início da pandemia, no fim de 2019.

Ela tem por trás causas conjunturais, como a Covid-19 e a guerra; e estruturais, como o aumento da renda na Ásia e na África e mudanças climáticas, que tornam safras imprevisíveis.

No conjunto, esses fatores marcam o fim de uma era de alimentos relativamente baratos, que ajudaram a reduzir a pobreza e a fome no mundo na segunda metade do século "20.

Para o Brasil, a explosão nos preços de comida e combustíveis criou um paradoxo: enquanto a população empobrece e reduz o padrão alimentar, as contas públicas melhoraram e o risco fiscal diminuiu como aumento da arrecadação de **impostos** gerado

por mais receita com exportação de commodities, como grãos e petróleo.

Em março, o índice de preços de alimentos da ONU calculado pela FAO (Organização para Alimentação e Agricultura, na sigla em inglês) atingiu 159,3 pontos, batendo recorde anterior, de 1974 (137,4), e pressionado por todos os seus componentes: cereais, carnes, óleos, laticínios e açúcar.

Juntas e antes da guerra, Ucrânia e Rússia respondiam por 25% das exportações globais de trigo e 15% das de milho. O conflito também fez o preço do petróleo disparar mais de 45% neste ano, pressionando fretes e a cadeia de distribuição de alimentos.

Para André Braz, coordenador do índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre), preços elevados na alimentação devem "ficar no radar" por longo período. "Não se trata só de efeitos sazonais. Será muito difícil termos quedas sustentadas nos próximos anos." Nenhum dos itens alimentícios no Brasil tem variação em 12 meses abaixo de dois dígitos. Mesmo sem contar commodities como grãos, o conjunto de hortaliças e legumes subiu 46,2% no período, segundo o IPC da FGV.

A estimativa pessoal de Braz para a **inflação** de alimentos neste ano é de 13%, bem acima dos 7,5% a 8,5% que o mercado prevê para o IPCA, índice oficial geral do IBGE.

O mundo vem numa sequência de choques que jogou os preços dos alimentos em outro patamar. Entre eles, os principais foram a guerra comercial entre Estados Unidos e China no governo Donald Trump (2017-2021), a pandemia e a guerra na Ucrânia.

"É um encadeamento inimaginável de choques conjunturais que acabaram tornando o problema meio estrutural, com a **inflação** de alimentos adquirindo vida própria", afirma o economista e colunista da Folha Samuel Pessoa.

Ele pondera que o problema não seria tão grave se o mundo não tivesse passado pelo choque recente nos preços dos combustíveis causado pela guerra. As sanções do Ocidente à Rússia, no entanto, podem

manter valores de petróleo, gás e fertilizantes pressionados por longo tempo.

Na quinta-feira (14), a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, disse que o mundo vive uma "crise sobreposta a outra" que podem elevar a desigualdade, aumentar a **inflação** e "fragmentar" a economia global.

Países muito dependentes da importação de alimentos e com contas externas frágeis seriam os mais afetados - e uma corrida em curso para aumentar estoques tende a pressionar mais os preços.

Mesmo antes da pandemia e da guerra na Ucrânia, o FMI já apontava para o fim do período alongado, até os anos 2000, de alimentos mais baratos.

"Desde a virada do século, os preços dos alimentos vêm subindo de forma constante, exceto pelos declínios na crise financeira global no final de 2008 e início de 2009. Isso sugere que os aumentos são uma tendência e não refletem apenas fatores temporários", dizia relatório do Fundo publicado em 2011, com dados que retrocediam a 1900.

Para José Eustáquio Alves, doutor em demografia e professor por duas décadas na Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, uma série de fatores estruturais deve manter os preços dos alimentos em patamar elevado.

Alves destaca o aumento da renda em países populosos da Ásia, como China e Índia, sustentando preços (sobretudo de grãos e carnes), assim como o crescimento econômico e da população africana nos próximos anos.

Segundo o Banco Mundial, a população em extrema pobreza (vivendo com menos de US\$ 1,90 ao dia) na África deve cair a 23% do total daqui a oito anos, ante 41% em 2015 - com taxas de crescimento econômico no continente superiores à média global, pelo menos até a pandemia.

Os africanos representam 17% da população mundial. Mas, ao contrário de China e Índia, onde a taxa de fecundidade está em queda, ao nível de reposição, a África deve colocar grande parte do 1 bilhão a mais de pessoas no planeta até 2043 (e 2 bilhões até 2070).

Alves destaca que outros fatores, como degradação de solos para agricultura, mudanças climáticas e falta de água tendem a exercer pressões crescentes sobre preços dos alimentos.

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, não é certo que mudanças climáticas

possam ter impacto significativo na produção de alimentos, cujos preços em alta continuarão estimulando o aumento das áreas de plantio e a produtividade.

"Mesmo o aquecimento global pode abrir novas fronteiras de plantio, como norte da Rússia e Canadá, hoje muito frios", afirma.

"Mas é certo que a demanda por alimentos seguirá crescendo, com o aumento da renda, sobretudo na Ásia, e da população, na África." Vale destaca que os preços das commodities em alta neste momento vêm dando um "presente" para o Brasil em arrecadação tributária e aumento da atividade econômica.

Pelos seus cálculos, toda a cadeia do agronegócio representa cerca de 27% do **PIB**. Somados os setores de commodities minerais e combustíveis, a fatia sobe para 40%.

"O problema é que os 60% restantes vão muito mal. Mas há entrada de capital externo e aumento da receita tributária, melhorando as contas públicas e ajudando a reduzir o valor do dólar, moeda em que as commodities, como grãos, são denominadas." Mesmo assim, com o atual ritmo de aumento de preços, desemprego elevado e queda da renda (-8,8% em 12 meses), os brasileiros devem seguir pressionados pelos alimentos.

Segundo pesquisa Datafolha do fim de março, 1 de cada 4 brasileiros afirma que a quantidade de comida disponível foi inferior à necessária para alimentar a família nos últimos meses. Entre as com renda familiar até dois salários mínimos (R\$ 2.424), são 35% do total.

Levantamento da Rede Penssan ao final de 2020 (antes da disparada dos alimentos no ano passado e agora) mostrava que mais da metade (55%) dos brasileiros sofria de algum tipo de insegurança alimentar (grave, moderada ou leve).

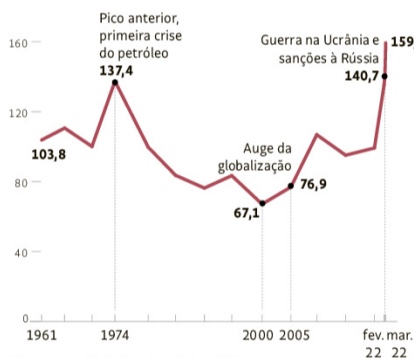
"É um encadeamento inimaginável de choques conjunturais que acabaram tornando o problema meio estrutural, com a **inflação** de alimentos adquirindo vida própria" Samuel Pessoa economista e colunista da Folha

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49884>

### Alimentos batem recorde histórico

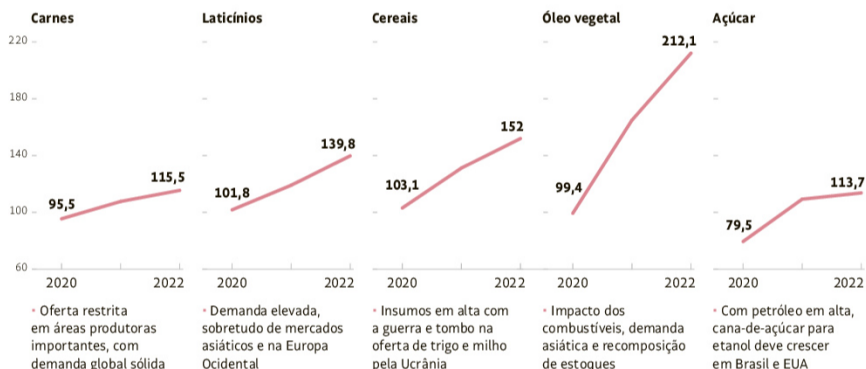
Índice de preço (2014-2016 = 100)



Fonte: Food and Agriculture Organization (ONU)

### Preços dispararam nos últimos anos

Índice por segmento (2014-2016 = 100)

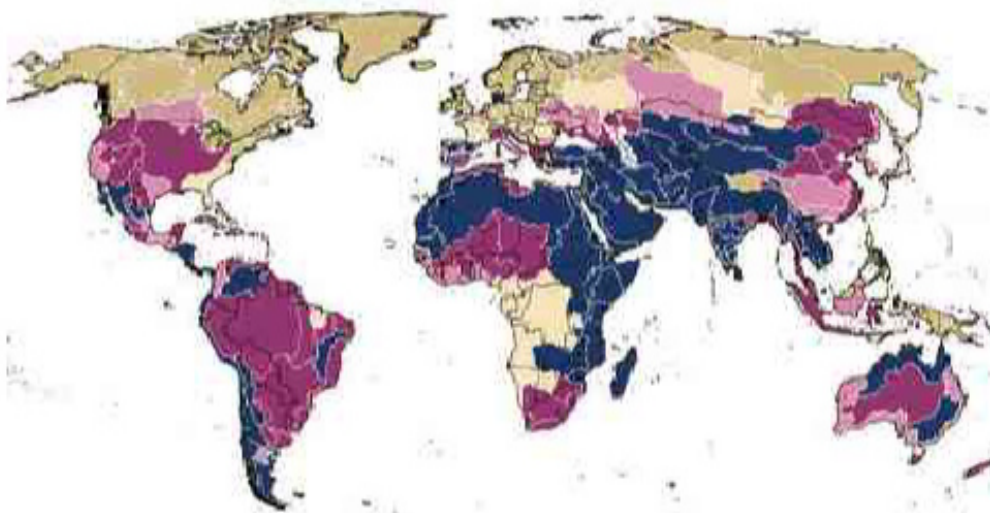


## Escassez hídrica provocada pela agricultura

Nível por região e bacias hidrográficas

Em %

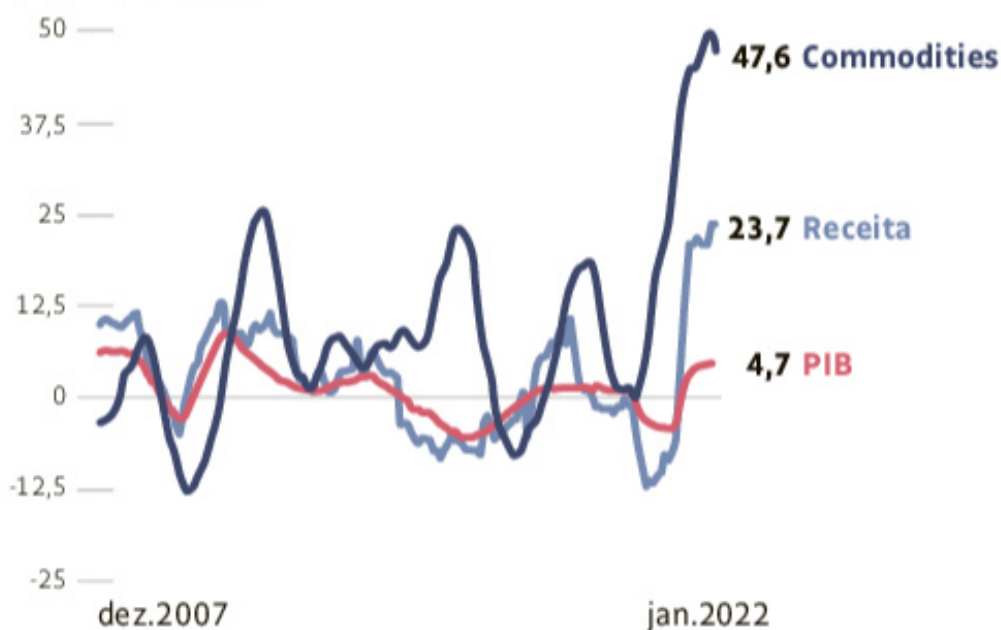
0 a 10    10 a 25    25 a 50    50 a 75    75 a 100



Fonte: Food and Agriculture Organization (ONU)

## Commodities em alta favorecem PIB e arrecadação de impostos

Crescimento real\*, em %



\*Acima da inflação

Fontes: Banco Central e Secretaria do Tesouro Nacional (Elaboração MB Associados)

# Metaverso leva advogados a indicarem novas medidas para evitar processos

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187193?page=2&section=4](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187193?page=2&section=4)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187193?page=2&section=4](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187193?page=2&section=4)

# Entre a agenda conservadora e o desafio da economia

Na avaliação do professor de marketing político da ESPM Marcelo Vitorino, o presidente Jair Bolsonaro (PL) ampliará o diálogo com grupos conservadores para chegar ao segundo turno das eleições. "O caminho, provavelmente, será o de trazer a pauta ideológica contra as ideias progressistas dos adversários, com questões sobre composição de família, amor à pátria, discussão sobre ideologia de gênero nas escolas", elencou. "Ele deve, ainda, ancorar seus posicionamentos mais duros na liberdade de expressão, para que, em caso de extrapolar limites, possa ter um discurso de que foi censurado e de que há uma conspiração para que seus adversários vençam".

Vitorino observou que a situação na área econômica será fator decisivo no pleito deste ano e que a possibilidade de sucesso no tipo de abordagem é menor. "Com uma parte da população, certamente as estratégias funcionarão, até porque são falas que reforçam preconceitos existentes na sociedade", destacou. "Acredito que, com o problema econômico, elas tenham menor índice de sucesso do que 2018, em que a população estava mais alinhada com a ruptura política. Hoje, está mais alinhada na recuperação do poder aquisitivo", acrescentou.

Professor de economia da Universidade de Brasília (UnB), Roberto Ellery lembrou que, em geral, as duas variáveis fundamentais para captar o efeito da economia nas eleições são **inflação** e desemprego. "A soma delas forma o que os economistas chamam de índice de miséria. Há um padrão nos Estados Unidos em que dificilmente um partido permanece no poder quando esse índice está alto", disse. "Aqui no Brasil, não há um padrão tão claro, até porque não temos a mesma regularidade de eleições democráticas, mas existem sinais de que o índice de miséria pode influenciar fortemente no pleito." Com o desemprego alto e o risco de uma nova disparada da **inflação**, o aumento do índice de miséria é inevitável, apontou. "Não creio que seja possível cravar que esse índice vai definir as eleições, mas deve ter um efeito importante. É muito difícil o governo ganhar eleições com **inflação** fora de controle", acrescentou Ellery.

Já o professor da UnB Lúcio Teles, especializado em comunicação digital, acredita que os ataques aos opositores serão parte fundamental da estratégia de Bolsonaro nas redes. "Eu acho que ele vai tentar fazer

os dois: projetar sua visão, mas, ao mesmo tempo, atacar Lula e candidatos que integrem a terceira via", afirmou.

Teles destacou a defesa que Bolsonaro fez do Telegram quando o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), bloqueou o uso da plataforma no Brasil, em 19 de março, que indica a importância do aplicativo para a campanha eleitoral.

"Essa defesa que ele fez recentemente, que não se pode suspender a plataforma porque viola a liberdade de expressão, já mostra o encaminhamento de que essa e outras ferramentas são essenciais para a estratégia dele. Algumas empresas, como o Facebook, já se comprometeram a evitar mensagens de ódio, fake news, mas o Telegram ainda está ambíguo", avaliou Teles.

O diretor Norte-Nordeste do Clube de Profissionais de Marketing Político (CAMP), Leurinbergue Lima, concordou. "Está muito claro que a estratégia deles passa pelo Telegram, pelo menos em nível de rede social. A plataforma tem grupos ilimitados, não tem o problema do reenvio de mensagens, que o Whatsapp tem agora. O Telegram é meio terra de ninguém", sustentou.

Porém, o especialista não credita às redes sociais a evolução recente de Bolsonaro nas pesquisas de intenção de voto. Com o fim da janela partidária em 2 de abril, por exemplo, o PL foi o partido que conseguiu maior bancada na Câmara, com 73 parlamentares. "Isso não é coisa do Bolsonaro, é coisa do partido. Eles já são bons de redes sociais, e, agora, vão saber usar, também, de forma mais apurada, mais profissional, os veículos tradicionais", avaliou. "Os próprios programas de televisão não foram um fator em 2018 porque Bolsonaro não tinha tempo nem dinheiro, mas agora ele vai ter, e apostou muito na distribuição de verbas para conseguir apoio político", emendou. (IS e VC)

## Exigência de explicações

No último sábado, o presidente Jair Bolsonaro disse que vai exigir explicações do WhatsApp a respeito do acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que evita a instalação de novas funcionalidades na plataforma antes das eleições de outubro. Uma das



principais novidades da plataforma para os próximos meses é o recurso de "Comunidades", que vai permitir a criação de grupos com milhares de pessoas dentro do aplicativo. No entanto, no acordo firmado com a Corte eleitoral, o WhatsApp se comprometeu a aguardar o fim do segundo turno das eleições para lançar o novo recurso, com o objetivo de conter a disseminação de notícias falsas.

O aplicativo de mensagens foi considerado um dos principais vetores de desinformação na eleição de 2018 e vem tomando medidas para reduzir o impacto.

# Inflação, cereja do bolo da pobreza (Editorial)



Ruim para todos, a **inflação** é especialmente nociva aos pobres, mais dependentes de cada real para sobreviver e menos capazes, portanto, de ajustar seus gastos sem grandes sacrifícios. No Brasil, os números mostram os pobres em dupla desvantagem diante do aumento do custo de vida.

Em primeiro lugar, os preços ao consumidor subiram mais para os menos abonados nos 12 meses terminados em março, variando entre 12,04% para as famílias de renda muito baixa e 9,97% para as de renda alta. Em segundo, as famílias mais necessitadas foram atingidas principalmente pelo encarecimento de itens essenciais, como alimentos, eletricidade e gás de cozinha.

Entre os extremos de 12,04% e 9,97%, os aumentos acumulados no período de um ano foram decrescentes ao longo de uma escala de seis classes de renda, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A desigualdade econômica, já muito ampla no Brasil, foi agravada pelos impactos, claramente desiguais, da variação geral dos preços, como se a pobreza atraísse mais dificuldades.

Além disso, cada faixa social foi afetada de forma diferente pelo encarecimento de cada grupo de bens e serviços. As altas de preços de comida e habitação (onde se incluem eletricidade e gás) compuseram mais de metade da **inflação** das duas classes de

renda mais baixas. A televisão mostrou em várias ocasiões, nos últimos meses, donas de casa improvisando, com pedaços de pau ou montes de carvão, meios de cozinhar a modesta e escassa alimentação de cada dia, numa síntese visual das estatísticas do Ipea. Na classe mais pobre, alimentos (3,21%) e habitação (4,01%) produziram, somados, um impacto inflacionário de 7,22% em 12 meses.

O custo dos transportes causou, nesse período, o maior impacto inflacionário, superior a 4%, para as classes de renda média, média-alta e alta. Os gastos foram afetados pelos aumentos de preços da gasolina, do etanol, do diesel e dos serviços por aplicativo. Além das três classes de rendas mais altas - aquelas com maior poder vocal -, foram afetados diretamente os caminhoneiros, tratados com especial consideração por Bolsonaro desde 2018, quando bloquearam estradas e dificultaram, por meio da força, o transporte de mercadorias.

Em atenção a esses aliados, ou supostos aliados, o presidente da República pressionou e derrubou chefes da Petrobras.

Os mais afetados pela **inflação**, os consumidores pobres, têm recebido, por meio de auxílios, algum apoio do presidente Bolsonaro, empenhado em conquistar votos nos grupos mais pobres. Mas o presidente da República tem contribuído, ao mesmo tempo, para desarranjar os preços, promovendo gastos excessivos, dificultando o planejamento dos negócios e, em muitas ocasiões, provocando instabilidade cambial. Além disso, o desemprego se mantém muito acima dos níveis observados internacionalmente, a economia pouco se move e o aumento da pobreza se confirma, no dia a dia, como um dos efeitos mais notáveis do desgoverno instalado em 2019. A **inflação** acelerada é uma perfeita cereja no alto desse bolo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Brasil, o paraíso das commodities (Artigo)

*Por Paulo Gala\**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Gestores buscam ações que vão ganhar quando Selic parar de subir

**GUSTAVO FERREIRA** [economia@oglobo.com.br](mailto:economia@oglobo.com.br)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# O peso da inflação e do desemprego na eleição - SERGIO LAMUCCI

*SERGIO LAMUCCI*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187193](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187193)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187193](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187193)

# Selic de 14% é improvável, mas não impensável, diz J.P. Morgan

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187193?page=2&section=4](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187193?page=2&section=4)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187193?page=2&section=4](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187193?page=2&section=4)